

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	40

Taquígrafa: Luciana Fleith

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

PARECER CEOF

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu estou realizando os pareceres e examinando o aspecto técnico das informações. Eu não estou fazendo julgamento de valor desses cansativos e repetitivos projetos de crédito para as empresas de ônibus porque nós sabemos que elas prestam um péssimo trabalho.

É difícil alguém dizer que o serviço de transporte de Brasília é eficiente. É muito desgastante, mas, como o meu parecer é técnico, eu vou dar o parecer técnico ao projeto de crédito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.365/2021, de autoria do Poder Executivo,** que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 166.000.000,00”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	41

O crédito suplementar é em favor da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, com o objetivo de custear a manutenção do equilíbrio financeiro do sistema de transporte público coletivo no valor de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), acrescido de um crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, com o objetivo de custear o passe-livre estudantil no valor de R\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de reais), acrescido de um crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, com o objetivo de custear o passe-livre para portadores de necessidades especiais no valor de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais).

Portanto, totalizando os três créditos desmembrados, dá um valor de R\$ 166.000.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de reais).

O crédito suplementar será financiado na forma do art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/1964 e pelo superávit financeiro das Fontes de Recurso 100, ordinário e não vinculado, proveniente, em especial, do tributo chamado ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

O crédito suplementar presente neste projeto, embora tenha o condão de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa, não irá interferir nas despesas previamente fixadas pela Lei Orçamentária Anual votada por esta Casa, pois será financiado pelo excesso de arrecadação.

Dessa forma, o projeto não contraria o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, sujeitando-se obrigatoriamente ao exame

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	42

de compatibilidade de adequação orçamentária e financeira que repercute sobre o orçamento vigente para o Distrito Federal.

Sob o aspecto, portanto

s/Ana Luísa

REVISADO JAYNE

ANA LUISA

Sob o aspecto, portanto, da adequação financeira e orçamentária, tecnicamente, não encontramos nenhum obstáculo que possa inviabilizar a aprovação do projeto.

Quanto ao mérito do projeto, toda essa discussão vem exatamente ao encontro da solicitação feita pelo Governo do Distrito Federal.

Portanto, por todo o exposto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, **o meu voto é pela aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.365/2021, de autoria do Poder Executivo, na forma da redação original que chegou a esta Câmara Legislativa.**

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito que os Srs. Deputados registrem a presença nos terminais para recomposição de *quorum*.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou tentar ser breve porque este é um tema recorrente nesta Casa ao

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	43

longo dos últimos meses: mais dinheiro para as empresas de ônibus. Voltamos mais uma vez a esse tema.

Obviamente que suplementação orçamentária é prática comum. O Deputado Agaciel Maia tem razão: isso faz parte da dinâmica do orçamento público. Não é isso que estamos discutindo. Estamos discutindo, como sempre, transparência. Já foram 101,7 milhões no PL nº 2.023, mais 100 milhões no PL nº 2.223, mais 100 milhões no PL nº 2.057. Ao todo, já passamos de 567 milhões suplementados às empresas de ônibus. Eu estou dizendo de dinheiro a mais do que já estava previsto. Aqui o governo traz um crédito de suplemento do Passe Livre, mas vamos lembrar que o governo mesmo cancelou 271 milhões do Passe Livre. Então, é uma recomposição ainda aquém do que ele já tinha cancelado.

Dito isso, Presidente, o problema é a transparência em que sentido? O governo está pagando as empresas sem ter certeza de que o que elas estão alegando que devem receber é real. O sistema de bilhetagem é uma caixa preta. Nós não temos as informações para saber se aquilo que as empresas dizem que devem receber condiz com a realidade. Ponto. É só isso.

Por essa razão, eu vou de novo votar contra. Vou votar não, porque não dá mais para continuarmos permitindo a transferência vultosa de dinheiro público para as empresas de ônibus sem que elas abram os cofres, abram as planilhas e digam quantos passageiros entraram, quantos cartões foram passados na catraca e se realmente é isso o que elas devem receber do governo. Ao contrário, mais uma vez é um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	44

pagamento sem validade, sem comprovação de que deva ser feito. Por isso o meu voto será contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Em seguida, ao Deputado Fábio Felix e ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou até tirar a máscara, considerando que o microfone é individual, é nosso.

Pela quarta ou terceira vez o governo tenta nesta Câmara Legislativa aprovar crédito suplementar para as empresas de ônibus e mais uma vez com a justificativa de equilíbrio financeiro do sistema. Equilibrar as finanças de quem, Deputado Chico Vigilante? Dos já ricos e milionários donos de empresas de ônibus em detrimento da falta de equilíbrio financeiro do trabalhador pobre que todo dia se desloca no transporte público de péssima qualidade?

Eu ando de ônibus na região de Taguatinga e Ceilândia, onde a empresa São José comanda. Pela estatística de duas páginas da cidade, o *Ceilândia Muita Treta* e o *Fiscalizando Ceilândia*, a média de ônibus quebrado por mês é de 130. Eu mesmo já descí de um quebrado, semana passada, ao me descolar de Taguatinga para dar aula no Setor P-Norte da Ceilândia.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	45

É uma vergonha, é um escárnio, é uma insensatez, a essa altura do campeonato mais um pedido de crédito da ordem de 166 milhões, somando ao longo do ano meio bilhão de reais.

Povo do Distrito Federal, é meio bilhão de reais que está sendo tirado, direta ou indiretamente, do seu bolso para encher os bolsos daqueles que muito já têm: os donos das empresas

s/Dayse

REVISORA PATTY FISCHER

Que está sendo tirado, direta ou indiretamente, do seu bolso para encher os bolsos daqueles que muito já tem: os donos das empresas de ônibus. E não adianta qualquer outra justificativa.

O Deputado Leandro Grass tem razão, tem que abrir a caixa preta do sistema de bilhetagem, tem que fazer CPI. Não dá para o sistema público de transporte do Distrito Federal ficar do jeito que está – uma vergonha de prestação de serviço, uma imundice de prestação de serviço –, e os caras rachando de ganhar grana.

Meu voto será contrário toda vez que vierem pedir dinheiro aqui, porque eu não vou ser conivente de repassar dinheiro do povo, do trabalhador para gente que já é rica prestar um serviço péssimo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, nós temos 13 Deputados em plenário. Esta é uma matéria que

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	46

precisa de mais Deputados para votar. A gente quer ouvir aqui os argumentos da base do governo, a gente quer ouvir a liderança, quer fazer a discussão, o debate.

Nós temos *quorum* para votar, é verdade, mas eu acho que nós não temos as condições políticas para votar esta matéria. A base do governo não compareceu – a maior parte dela – para votar essa matéria. Uma parte dela está aqui, mas uma parte dela significativa... Se não me engano, nós temos 24 Deputados nesta Casa e nós temos 13 registrados no plenário neste momento.

Esta é uma matéria de discussão pública de extrema importância. Eu não falo isso para polemizar com os colegas não, eu falo isso porque é uma matéria de grande importância para a cidade. Nós estamos discutindo uma política pública que é fundamental, é a política de mobilidade urbana. É o transporte público que conecta a cidade e as diferentes regiões administrativas do Distrito Federal.

A avaliação da população é clara, é transparente: o transporte público do Distrito Federal é um dos piores – diferente do que falou nos últimos dias aqui, em uma audiência pública, um representante do setor empresarial – do País. São ônibus quebrados, ônibus velhos; é falta de planejamento, falta de transparência o tempo todo.

Não tem um controle automatizado que possa dar condições para a gente fazer uma leitura da quantidade de passageiros nesse sistema. Não há transparência para o pagamento que é feito pelo governo, no cálculo, inclusive, das condições contratuais atuais da tarifa técnica. Existe um julgamento do Tribunal de Justiça do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	47

Distrito Federal colocando em xeque a atual licitação e falando que o governador, deliberando, precisa realizar uma nova licitação do transporte público.

Não há confiança da população nesse sistema. E eu já falei mil vezes aqui que o transporte público do Distrito Federal é um excelente negócio, é o “ganha, ganha”. Não prestou o Passe Livre, ganha, como ganhou em 2020, porque a maior parte do tempo as escolas estavam fechadas pelo menos para o trabalho presencial, e as escolas públicas ficaram durante todo o ano. Se prestou, ganha; se não prestou, também ganha. Então os créditos não são transparentes, nós não sabemos para onde vão os recursos. Nós queremos o detalhamento da planilha dessas empresas, inclusive do ponto de vista dos seus ganhos, que vão para os empresários.

O transporte público na cidade, é verdade, já foi uma máfia, uma caixa preta pior, mas continua uma caixa preta para a população. Sabe qual é a caixa preta? É a caixa preta de nós não sabermos quem faz a fiscalização real.

Deputados e Deputadas, há 26 mil autuações que foram aplicadas contra as empresas, sabe quantas multas foram pagas? Nenhuma. As empresas não pagaram nenhuma multa das 26 mil autuações que foram feitas, infrações cometidas pelas empresas de transportes na cidade. É todo tipo de infração. É ônibus lotados, é o não cumprimento de horário, é não ter ônibus passando no horário devido.

Deputados, são 26 mil infrações das empresas em que as multas não foram pagas. Essas empresas precisam prestar contas para o Distrito Federal. E é importantíssimo que a gente, como Poder Legislativo, cumpra o papel de cobrar essas empresas por isso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	48

A gente está aqui hoje para discutir um crédito específico que chega a esta Casa e que vai somar um montante de quase 600 milhões de créditos aprovados aqui, como já foi falado pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu quero dizer que eu não me sinto confortável para votar esta matéria. Eu vou votar contrário a este crédito apresentado hoje pelo Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir a esta tribuna, porque eu quero falar S/Romildo.

REVISORA PATTY FISCHER

TAQ.: ROMILDO

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir a esta tribuna porque eu quero falar, Deputado Hermeto, olhando para cada Deputado e Deputada que estão neste plenário.

Eu pedi a V.Exa. para que marcássemos uma audiência pública para segunda-feira, antes de ontem, para discutir este assunto. Deputado Fábio Felix, eu pedi para que a gente discutisse. Aquele era o momento oportuno para a discussão.

O Secretário de Transporte esteve ali sentado, onde está o Deputado Delmasso, e eu estava presidindo a sessão. Foi importante que estava presente aqui

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	49

uma jornalista muito competente desta cidade, que é a Rita Yoshimine, cobrindo o evento. A *Globo* cobriu a audiência toda, Deputada Júlia Lucy. Houve questionamentos e, pela segunda vez, conseguimos trazer os empresários a este plenário, porque eles não vinham. Nós fizemos todo questionamento que devia ser feito, Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente, inclusive com relação à renovação da frota.

Duas empresas já renovaram a frota: a Pioneira e a Piracicabana. Sabe, Deputada Arlete Sampaio, elas já estão com ônibus novos. Falta a renovação da frota das outras empresas.

Os dados, aqui a gente tem de trabalhar com eles. Alguém diz que é trezentos milhões. Alguém diz que é quinhentos milhões. Não. Não é só isso, não. Já foram repassados, Deputado Rafael Prudente e Deputado Prof. Reginaldo Veras, entre tarifa técnica, PNE – Portador de Necessidades Especiais e passe estudantil, 836 milhões. A conta é essa. Eu fiquei sabendo disso porque eu vim, porque eu queria saber.

Sabem quanto seria a passagem hoje, se não fosse aplicado esse recurso, Deputado Agaciel Maia? Dez e noventa! Isso foi dito aqui pelo Secretário de Transporte. Para manter o sistema funcionando, seria R\$ 10,90 (dez reais e noventa centavos) cada passagem.

Aprovar ou não o projeto, aprovar ou não o crédito, não há problema. Vai haver problema para o usuário, que tem um transporte péssimo, Deputado Hermeto, mas, sem a aprovação, ele não vai ter transporte nenhum, porque os rodoviários não vão trabalhar sem receber salário, sem receber décimo terceiro.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	50

Foi dito aqui por empresários – e eu rebati, Deputada Arlete Sampaio – que havia um problema porque o governo não quis reduzir o número de ônibus durante a pandemia. Eu estive, com o Deputado Rafael Prudente e com o Deputado Valdelino Barcelos, fiscalizando, nas madrugadas, os ônibus cheios. Eu falei a eles, Deputado Rafael Prudente, que, se tivessem diminuído o número da frota, a situação teria ficado pior. Eles, agora, estavam querendo reduzir a frota também durante as férias estudantis. O governo não vai reduzir e está certo em não reduzir. A qualidade é péssima. Todos nós sabemos disso.

Vai haver um problema mais sério ainda pela frente, Deputado Hermeto, porque há uma empresa que não quer trocar a frota de 600 ônibus, que é a São José. O Secretário de Transporte já deixou claro que, se não trocar, ela não vai operar no Distrito Federal. Não adianta eles dizerem que está havendo perseguição porque assinaram um contrato e eles têm de cumpri-lo.

Há empresa que está com problema, Deputado Agaciel Maia, de renovação porque as montadoras também estão com problemas na entrega dos ônibus. Nós exigimos que elas tragam um cronograma, um contrato assinado com a montadora da renovação da frota, porque a gente não vai continuar colocando esse tanto de recurso sem a renovação.

Portanto, eu digo aos senhores e às senhoras: eu estou seguro para votar. Eu estive na audiência pública e lamento que mais Deputados e Deputadas não tenham estado. Lamento! É um problema. Agora, eu também não vou questionar a

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	51

companheira e o companheiro que não vieram. Cada um tem suas obrigações e, muitas vezes, tem uma obrigação mais importante...

S/Célia Arcênio

REVISORA S/LARISSA

Taquigrafia: Célia Arcenio

Rev. Larissa

Cada um tem suas obrigações e, muitas vezes, tem uma obrigação mais importante...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Para concluir, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Talvez tivesse algo mais importante do que aquela audiência.

Nós não vamos parar naquela audiência. Nós vamos fazer mais, porque é o dever nosso. É o dever desta Casa, Deputado Agaciel Maia, fazer com que a gente tenha um transporte de qualidade. Não pode o transporte do Distrito Federal continuar sendo transporte só para pobre. E por isso a qualidade péssima que tem.

Nós temos que ter um transporte de qualidade que faça com que as pessoas optem em deixar o carro em casa e peguem o transporte coletivo. É esse o nosso objetivo. Se tivesse um transporte de qualidade, certamente o questionamento financeiro não estaria sendo feito aqui. O problema é que a qualidade é ruim e nós dizemos para eles aqui. Eles tinham que ter vergonha do tipo de serviço que eles estavam prestando.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	52

Agora a audiência foi positiva, foi importante. Eu estou esclarecido...

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Delmasso. Com a palavra na tribuna.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputadas, membros da imprensa, demais assessores que estão nos acompanhando pela *TV Câmara Distrital*.

Esse debate sobre o financiamento do transporte público no Distrito Federal, não ocorre somente nesta legislatura. Ele já vem de diversas outras legislaturas. Até mesmo, levando – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. que falou brilhantemente aqui – em consideração a forma e o modelo de financiamento que foi adotado quando o processo foi licitado.

Hoje, nós temos no Distrito Federal um dos maiores custos do transporte público do Brasil. E aí, Deputado Professor Reginaldo Veras, eu desafio qualquer parlamentar aqui a dizer qual é a outra capital que tem o custo por passageiro que nós temos aqui no Distrito Federal. Por uma coisa muito simples: quando um ônibus parte do terminal do P Sul, passando por dentro da Ceilândia, chegando ali em Taguatinga e, do centro de Taguatinga, até a entrada do eixo sul, ele não pega um passageiro. Diferente do que ocorre em outras cidades brasileiras.

Deputado Eduardo Pedrosa, em outras cidades brasileiras – e é importante que a população do federal entenda isso – acontece o que nós chamamos de renovação de passageiros durante o trajeto. O Distrito Federal tem o menor Índice de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	53

Passageiro por Quilômetro — IPK, do País. E é este IPK que faz com que quanto menor o índice, maior o custo do transporte; quanto maior o índice, menor o custo do transporte.

Então, nós temos o menor IPK do Brasil. Não dá para comparar o transporte coletivo do Distrito Federal com qualquer outra cidade desse País. Porque o transporte que é feito no Distrito Federal é quase que um transporte intermunicipal, e nós não temos municípios. Então, o custo do transporte do Distrito Federal é muito alto.

Ponto dois, é importante que nós venhamos – e aqui eu quero mais uma vez parabenizar o Governo Agnelo Queiroz, que teve a coragem de enfrentar à época, Deputada Arlete Sampaio, e V.Exa., salvo engano, era líder do governo nesta Casa, e teve a coragem de enfrentar o cartel que existia antes e que não deixava o governo fazer a licitação do transporte coletivo. O transporte coletivo à época era mantido, Deputado Leandro Grass, com contratos emergenciais sem qualquer tipo de transparência. E o Governo Agnelo à época teve a coragem de enfrentar esse cartel.

Inclusive, alguns empresários que se perpetuaram no transporte coletivo do Distrito Federal, perderam o seu espaço e até hoje não conseguiram voltar, Deputado Eduardo Pedrosa

S/Ermaine

s/ Rev. Larissa

TAQ: ERMAINE

Rev. Larissa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	54

e até hoje não conseguiram voltar, Deputado Eduardo Pedrosa. Eu concordo que o custo é altíssimo. Eu concordo que o custo não paga a qualidade, que é péssima, é verdade, ela é ruim. Mas o que nós precisamos agora é discutir qual é o novo modelo. Parabenizo também o Governo Agnelo, porque foi o Governo Agnelo Queiroz, Deputado Chico Vigilante, quem aprovou o Plano Diretor de Transporte Urbano – PDTU, que estabeleceu as diretrizes no transporte urbano do Distrito Federal. Aqui eu falo que o governo passado, o Governo Rodrigo Rollemberg, não teve a coragem de retirar do papel os projetos de mobilidade e de ampliação de vias que estavam previstos no PDTU, coisa que o Governo Ibaneis começou a fazer agora, implantando uma quantidade de viadutos e terminando o Trevo de Triagem Norte, Deputado Hermeto.

O que eu acho interessante é que nós não podemos dizer que o custo do transporte coletivo no Distrito Federal é culpa deste governo. Não! O Distrito Federal ficou quatro anos sem investimento em mobilidade urbana. Quatro anos! O Governo Rodrigo Rollemberg não colocou um centavo para ampliar sequer uma via. Agora, vão colocar a culpa no Governador Ibaneis?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Para concluir, Presidente, não estou aqui julgando o mérito. O Distrito Federal, aliás – vamos falar Brasília, porque o transporte coletivo não é por estado, e sim por município –, Brasília, nossa cidade, é a que tem o maior índice de gratuidade do País. Quem paga isso? Os impostos. O Estado decidiu que, para os estudantes, independentemente se são de baixa ou de alta renda, para as pessoas com deficiência

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	55

e para outros, quem vai bancar são todos os contribuintes. Não estou aqui discutindo o mérito. Na minha visão, a decisão é acertada. Agora, nós não podemos ficar aqui discutindo e julgar a qualidade do transporte somente pelo seu financiamento. Se fosse pelo seu financiamento, a qualidade do transporte coletivo do Distrito Federal iria estar muito pior.

Agora, se o governo decide enviar um crédito para a Câmara Legislativa, o que ele poderia muito bem fazer por decreto, mas não o fez, é porque quer fazer uma discussão, quer fazer um debate, inclusive para fomentar, Deputado Hermeto, o debate sobre a melhoria do transporte.

Eu acho que o papel desta Casa é construir o futuro. Por exemplo, eu apresentei um projeto de lei nesta Casa, que inclusive foi matéria em alguns jornais, para se usar o Lago Paranoá como um modal de transporte. Eu escutei algumas pessoas dizendo que o Lago Paranoá não pode ser um modal de transporte, senão, vai poluir o lago. Ora, quer dizer então que os moradores do Itapoã e do Paranoá, Deputado Eduardo Pedrosa, não podem ter um modal que vai economizar a eles quarenta minutos do tempo de ônibus?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Se nós queremos fazer uma proposta, se nós queremos fazer um debate sério, vamos debater propostas como essas e como as de um outro projeto de lei que eu apresentei que institui a política de mobilidade elétrica no Distrito Federal. Ele coloca a obrigação de todas as empresas de ônibus, Deputado Chico Vigilante, trocarem os seus carros pelos elétricos. Aí, sim, nós teríamos o custo diminuído, porque ao invés

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	56

de usarem óleo diesel, usariam energia elétrica, e aí nós iríamos diminuir o custo do transporte. Vamos debater coisas propositivas. É muito fácil criticar o presente, mas difícil é construir o futuro com propostas sustentáveis

S/Cristiane

s/ Rev. Paulo

Cristiane/Paulo

difícil é construir o futuro com propostas sustentáveis. E é isso que o nosso mandato e este governo está fazendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fico pensado aqui que, todas as vezes em que vem uma votação de crédito, as pessoas se insuflam, trazem alguns dados do governo, de quanto passou e repassou para as empresas. Fica a impressão de que estão enriquecendo os donos das empresas.

Podiam pegar os dados dos repasses de governos passados. Como disse bem o Deputado Delmasso, Vice-Presidente desta Casa, mostrem-me uma capital do País em que o transporte público não é deficitário.

Eu sempre digo aqui que me espelho no Deputado Chico Vigilante. Desde antes de ele ser Deputado, eu já o admirava, independentemente da cor partidária – ele é um Deputado de Oposição, de outro partido –, mas, sim, pela coerência dele.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	57

Segunda-feira, estive nesta Casa o Secretário Valter Casimiro. Eu não estava aqui porque eu já sabia exatamente a explanação que ele iria fazer aqui. Mas aqueles que sempre questionam quando chega um crédito a esta Casa poderiam estar aqui para fazerem as perguntas: “Não, porque falta transparência, falta aquilo”. Não apareceu ninguém! Mas falam: “Ah, o crédito...” Amanhã irão aparecer na *Globo* defendendo os transportes, contra os transportes, contra isso. Quando eu ligar o *Bom Dia DF*, está lá: “Ah, fulano vai enriquecer os donos de empresas”. Para com isso, gente! Não estou citando nome de nenhum Deputado. Só estou dizendo os fatos. Por que não veio na segunda-feira para interpelar o Secretário? “Valter Casimiro, cadê a transparência, cadê o dinheiro? Por que foi cento e poucos milhões? Onde é que você colocou esse dinheiro”? A hora era aquela. Na segunda-feira, ele estava aqui, ficou horas aqui. Na hora em que chega o crédito: “Não, o crédito...” Para com isso, gente.

Em todos os governos, houve suplementação. Eu pertenci ao Governo Agnelo e também comungo com o meu colega, o Vice-Presidente, Deputado Delmasso: Agnelo teve a coragem de licitar o transporte.

Há uma reavaliação feita pelo atual governo, pelo nosso governo de se fazerem os ajustes? Há. É perfeito o transporte? Não é. Dá prejuízo? Dá. Vai fazer como o Deputado Chico Vigilante falou. Vai fazer o quê? Vai fechar as portas? Vai deixar todo mundo desempregado, sem transporte? Dá-me uma solução, Deputado? Eu não vou falar o nome só para não dar o direito de resposta. Dá-me uma solução, Deputado? Fecha tudo, lacra as empresas, e ninguém vai para a rua amanhã? “Não,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	58

é o crédito”. Amanhã pela manhã, estará lá na Globo: “Eu defendi para não enriquecer os donos de empresas”. Ah, espera aí, gente. Eu não falei o nome de ninguém.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero fazer um apelo à Secretaria Parlamentar, porque nós estamos recebendo os projetos do governo sem os anexos no PLE. Fica muito difícil depois fazer prospecção para achar os anexos dos projetos em outros aplicativos. Portanto, eu faço um apelo para que os anexos dos projetos do Executivo venham também no PLE.

A segunda questão é que eu queria lembrar a todos a época em que Brasília era servida pela VIPLAN – Viação Planalto, pelo Valmir Amaral e pelas Pioneiras. A compensação era feita pelas empresas. Então, esse era o reino da bandalheira, tanto que, hoje, apenas a empresa Pioneiras continua existindo, as demais sucumbiram.

Foi feita uma licitação pelo Governo Agnelo. Essa licitação foi importante, mas, evidentemente, ela tem que ser revista em uma série de pontos. E é isso que o governo

s/Patrícia Q

PATRÍCIA QUEIROZ/Paulo

E é isto que o governo já deveria estar fazendo há muito tempo: uma licitação nova para que os problemas possam ser corrigidos!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	59

Realmente é uma sangria terrível, a todo tempo, a gente estar votando aqui a ampliação do orçamento para essas empresas com um transporte mais caro e de péssima qualidade em Brasília.

É verdade que o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo também é o mais caro por causa da distância, pela opção que tiveram governos anteriores pelo crescimento horizontal de Brasília. Então, há vários problemas. Agora, eu também compartilho da seguinte opinião. Veja bem, dos 166 milhões, 75 milhões serão para o Sistema de Transporte Público Coletivo, 56 milhões para o transporte escolar e 35 milhões para a isenção das pessoas com deficiência.

Obviamente, aqui ninguém é a favor disso. Ninguém é a favor de o tempo inteiro estar votando recursos para esse sistema de transporte caótico. Mas nós não podemos deixar de votar. É uma questão de responsabilidade que a gente tem que ter. Então, eu vou votar favoravelmente, embora sempre vá criticar o governo pela ausência de iniciativa no sentido de produzir uma nova licitação, já que vê problemas nesta. Por exemplo, eu acho que o sistema de integração em Brasília é um problema financeiro gravíssimo, porque o usuário paga uma única passagem para ir a vários lugares, mas o governo paga todos os trechos que são percorridos. Tudo isso tem que ser revisto.

Eu não conheço nenhum país do mundo civilizado em que não haja subsídios para a área de transporte. Todos têm. Agora, todos têm transparência. Aqui não tem. Aqui não tem transparência, não tem fiscalização. Aliás, eu ganhei no Tribunal de Contas o direito para que o governo cobre as multas que são aplicadas às empresas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	60

Se essas multas fossem ressarcidas, parte desse dinheiro aqui não seria necessário. Então, eu faço aqui também um apelo ao governo para que cobre as multas que são aplicadas ao Sistema de Transporte Público Coletivo, para reduzir inclusive esse dispêndio que tem o governo com relação a essas empresas.

Portanto, é isso que eu gostaria de falar. Eu não posso deixar de votar, porque eu também não quero ser responsável por parar o sistema coletivo de Brasília.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que deu entrada nesta Casa a mensagem do governador sobre o projeto de crédito que atende o Hospital da Criança, atende alguns segmentos, inclusive o Iges, conforme já abordado nesta sessão. São pagamentos de folha de pessoal.

Tendo em vista que o Iges é questionado e a gente teria dificuldade de aprovar o projeto de crédito, primeiro, eu precisaria que o projeto fosse lido e recebesse um número para que a gente começasse a trabalhar e ver a viabilidade de eu fazer um substitutivo excluindo a destinação dos recursos para o Iges e aprovando as demais destinações do projeto de crédito para os demais órgãos, deixando assim a destinação do Iges para exame e explicação daquele órgão depois junto aos Parlamentares.

Portanto, eu precisaria que a Mesa lesse o projeto, para que ele recebesse um número e para que a gente pudesse começar a trabalhar, se V.Exa. julgar assim, nesse projeto de crédito tão fundamental, sob pena de alguns órgãos terem paralização em decorrência da falta de pagamento de pessoal.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – *Ok*. Eu vou pedir ao Secretário da Mesa que proceda com a leitura, mas antes eu vou facultar a palavra à Deputada Júlia Lucy. Em seguida, vamos votar.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que todo mundo já expos os argumentos. É claro que não ficou comprovada a necessidade. Isso a gente já falou quando o governo encaminhou o pedido passado. E essa mesma fraqueza no projeto permanece.

É importante a gente lembrar que o Tribunal de Contas do Distrito Federal já recomendou a realização de uma nova licitação. Isso porque, sim, o DF é grande geograficamente falando, é diferente das outras cidades, dos outros estados. E é exatamente por causa disso que está na hora de a gente adaptar esse modelo. Se a gente se parece com um estado, como o Deputado Delmasso falou, por que a gente não abre a possibilidade de ter *Buser* aqui, como já existe em alguns estados.

É necessário quebrar monopólios! É importante que todo mundo entenda isso. O problema está exatamente nesses monopólios que foram estabelecidos e são mantidos com o dinheiro do povo. Não existe a comprovação. Ninguém aqui pode falar que, no projeto s/Luciano

Luciano/Gisela

Ninguém aqui pode falar que no projeto encaminhado há a comprovação da necessidade de encaminhamento de mais recurso para manter o equilíbrio econômico-financeiro.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	62

Uma coisa que quero destacar é que a gente observa uma diferença muito grande de tratamento. Quando o transportador escolar... Quando o transportador de turismo ficou impedido de trabalhar por uma ordem do governo — a gente está se referindo aqui a um fato do príncipe —, a batalha para encaminhar um auxílio a eles foi gigantesca nesta Casa, inclusive com necessidade de alteração da Lei Orgânica. E aí? E a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deles não existe, não é argumento para o governo? Por que o governo é tão diligente e tão rápido quando se trata do transporte público?

Então, sim, é necessário rediscutir tudo, inclusive as supostas gratuidades. Supostas, porque não tem nada que saia de graça. Quem está recebendo esse tipo de benefício? Qual é o impacto disso? Será que o povo concorda em pagar deslocamento para certas pessoas? Tenho certeza de que não.

Mas uma coisa que acho que já ficou clara, porque realmente não é a primeira vez, mas a quarta vez que isso acontece só neste ano, é que a opção política do governo é não mexer nisso, é não mexer nessa pasta, que é gigantesca, que tem ali o grupo já definido.

Então, é muito claro o recado para o povo do DF. Está insatisfeito com o transporte público, e isso inclui o Metrô também – e vamos deixar claro, porque o Metrô também leva muito recurso público? Quem está insatisfeito vai ter que fazer uma escolha política diferente, porque o grupo que está posto hoje realmente entende que não tem que se mexer, embora o Tribunal de Contas já tenha determinado essa alteração.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	63

Então, com muita tranquilidade... E não vem ao caso falar de governos passados, porque estamos aqui como fiscalizadores do Governo Ibaneis, gente. Pelo amor de Deus! E a conta está aí, dos governos passados. Fazer o quê? Essa é a realidade posta. Mas este governo está decidindo suplementar mais uma vez. Mas este governo decidiu não fazer nova licitação. Foi essa a decisão tomada neste governo.

Quem não concorda com isso tem uma opção política a ser tomada no ano que vem. E, neste momento, mais uma vez, a gente se coloca contra, sim, com toda tranquilidade, porque não foi provada a necessidade de reequilibrar o suposto desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta. Para não ficar contando voto aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras, já coloquei como votação nominal.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Votação encerrada.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 12 2021	15h10min	ORDINÁRIA	64

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 12 votos favoráveis, 4 votos contrários.

Está aprovado.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.365/2021 em primeiro turno.

Acho que esse tema já está bem discutido. Passamos 40 minutos aqui discutindo. Acho que cada um já formou a sua opinião. Para dar agilidade nas votações, sejam breves, se possível.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) —
Presidente, eu estava traçando aqui esta reflexão de quando a gente está fora do Poder Legislativo e está na sociedade civil. A gente está na população, trabalhando, a gente está no nosso cotidiano e começa a questionar um pouco as instituições.

S/Cláudia (30)

Cláudia/Gisela

as instituições. Questionamos o Poder Legislativo e questionamos também outras instituições e como as decisões são tomadas. E muitos de nós estamos aqui, hoje, sentados nessa cadeira, nessa bancada, como Parlamentares, para fazer a discussão pública, para problematizar a questão de políticas públicas que são essenciais para o atendimento à população.

Acho que desqualificar a fala do outro, desqualificar a Oposição ou desqualificar qualquer parlamentar é ruim, porque a discussão de um projeto como